



Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



Porto de Sines



O Plano Estratégico dos Transportes e Infra-Estruturas para o Horizonte 2014-2020 (PETI 3+) prevê um conjunto de investimentos estruturantes nos domínios ferroviário, rodoviário, marítimo-portuário e aeroportuário. Com especial relevância para o Alentejo, o Plano abrange a expansão do Terminal de Contentores de Sines (Terminal XXI) e a ampliação das infraestruturas de protecção marítima, a conclusão da rede ferroviária que liga Sines à Europa (corredor Sines / Setúbal / Lisboa – Caia), a conclusão de ligações rodoviárias estruturantes para a região e a inclusão do Aeroporto de Beja na estratégia nacional da rede de aeroportos.

Ficha Técnica

Propriedade:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director:

António Dieb

Director Executivo:

Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação:

Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Colaboradores internos:

Amável Candeias
Nelson Faustino
Pedro Guilherme
Teresa Godinho

Colaboradores externos:

Nuno Alas - *Director do Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (Delegação Regional do Alentejo)*

Edição:

Março 2014

Agradecimento:

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

Índice

5

Nota de Abertura

6

Conjuntura Regional

10

Tema em destaque I:
Construir o Futuro...

16

Tema em destaque II:
Plano Estratégico dos Transportes e Infra-Estruturas
2014-2020 (PETI 3+)

24

Tema em destaque III:
Orientações para o Encerramento dos Programas
Operacionais (2007-2013)

26

Programa Operacional Regional - INALENTEJO
Situação em 31-03-2014

32

Programa Operacional Regional - INALENTEJO
Investimentos em destaque



Nota de Abertura

Na edição do número 12 do Boletim Trimestral - "Alentejo Hoje-Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional ", destaque para a colaboração da Delegação Regional do Alentejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, através do Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora.

Num contexto em que as políticas activas de emprego são essenciais à inversão do ciclo económico que a Região e o País têm atravessado nos últimos anos, o artigo "CONSTRUIR O FUTURO " dá-nos uma visão muito clara da actividade do Centro, das suas áreas de formação tecnológica, das medidas de emprego existentes e do seu Pólo Tecnológico, enquanto estrutura vocacionada para a promoção de competências tecnológicas, num quadro de aproximação efectiva às necessidades das empresas.

Também o Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas 2014/2020 (PETI 3 +) apresentado, recentemente aprovado pelo Governo, permite perspectivar os desenvolvimentos expectáveis para o Alentejo neste domínio, mediante as orientações estratégicas previstas e a projecção de uma segunda fase de reformas estruturais a empreender pelo sector, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década. No momento em que o Alentejo define a estratégia e ultima a programação para a aplicação dos fundos comunitários no período 2014/2020, destaque para os investimentos previstos, designadamente, a ampliação e beneficiação do Porto de Sines, a conclusão da rede ferroviária que liga Sines à Europa, a conclusão de ligações rodoviárias estruturantes para a Região e a definição de uma estratégia integrada para o aeroporto de Beja no contexto nacional.

No âmbito da rubrica Conjuntura Regional assinala-se a taxa de desemprego de 16%, o que representa uma evolução positiva (-13%) face ao primeiro trimestre do ano anterior, mas um acréscimo face ao ultimo trimestre de 2013 (15,5%). A situação agora verificada vem interromper a evolução registada deste o 2º trimestre de 2013, sendo no entanto expectável que as dinâmicas decorrentes do relançamento da actividade económica por via do consumo interno e das exportações, do novo ciclo de fundos estruturais e das políticas activas de emprego em fase de ultimate, permitam retomar a tendência de redução da taxa de desemprego.

Num momento em que o INALENTEJO se aproxima da sua conclusão, destaque para a definição atempada de um conjunto de orientações de encerramento das operações, o que permitirá a todos os actores deste processo (Autoridade de Gestão e Promotores) agir no sentido de a Região utilizar plenamente os fundos comunitários que teve ao seu dispor no período 2007/2013. ■

António Dieb

Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Herdade da Coitadinha



Conjuntura Regional

1º Trimestre de 2014

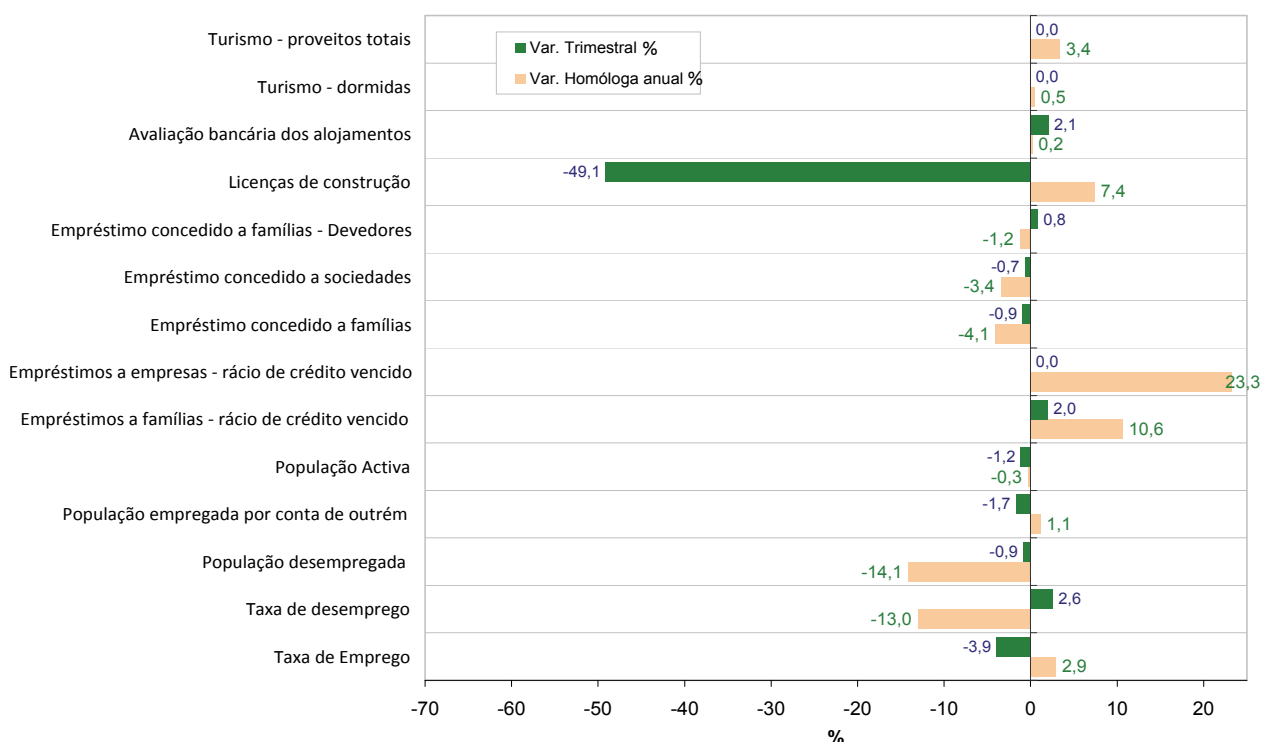
No final do primeiro trimestre de 2014 a taxa de desemprego na região foi de 16%, tendo uma evolução favorável (variação negativa de 13%) face ao primeiro trimestre do ano anterior, pese embora tenha tido uma variação positiva de 2,6% relativamente a Dezembro de 2013 (passou de 15,5% para 16%). Esta situação é coerente com o crescimento de 2,9% da taxa de emprego, face ao período homólogo de 2013, e à variação negativa desta taxa de 3,9% durante o trimestre em análise (a taxa de emprego passou de 48,3% em Dezembro de 2013 para 46,4% em Março de 2014).

Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 1º Trimestre de 2014							
INDICADORES	Variação Homóloga (Anual %)	Variação Trimestre %	Período actual		Ano anterior		Fonte
			Data	valor	ano anterior	valor	
Taxa de Emprego %	2,9	-3,9	1ºTrimestre 2014	46,4	1ºTrimestre 2013	45,1	INE
Taxa de desemprego %	-13,0	2,6	1ºTrimestre 2014	16,0	1ºTrimestre 2013	18,4	INE
População desempregada (Nº)	-14,1	-0,9	Março 2014	43224	Março 2013	50312	IEFP
População empregada por conta de outrém (Milh.)	1,1	-1,7	1ºTrimestre 2014	241,2	1ºTrimestre 2013	238,6	INE
População activa (Milh.)	-0,3	-1,2	1ºTrimestre 2014	356,3	1ºTrimestre 2013	357,4	INE
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	10,6	2,0	Dezembro 2013	5,2	Dezembro 2012	4,7	Banco Portugal
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	23,3	0,0	Dezembro 2013	10,6	Dezembro 2012	8,6	Banco Portugal
Empréstimo concedido a famílias 10 ⁶ €	-4,1	-0,9	Dezembro 2013	9113	Dezembro 2012	9502	Banco Portugal
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	-3,4	-0,7	Dezembro 2013	5363	Dezembro 2012	5553	Banco Portugal
Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	-1,2	0,8	Dezembro 2013	310,4	Dezembro 2012	314,3	Banco Portugal
Licenças de construção (Nº fogos)	7,4	-49,1	Março 2014	29	Março 2013	27	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m ²)	0,2	2,1	Março 2014	895	Março 2013	893	INE
Turismo: dormidas (nº)	0,5	*	Fevereiro 2014	50471	Fevereiro 2013	50223	INE
Turismo: proveitos totais (10 ³ €)	3,4	*	Fevereiro 2014	2541	Fevereiro 2013	2457	INE
Variação homóloga = Variação no ano; Variação no Trimestre = dados mais actuais vs. trimestre anterior							
* Variação no trimestre no sector do turismo influenciada pela sazonalidade do fenómeno							

Também a população empregada tem uma variação positiva, face ao período homólogo, e negativa, face aos valores do último trimestre. A população activa assume variações negativas, quer a comparação seja com o período homólogo, quer seja com o trimestre anterior. A repetição da evolução favorável da variação destes indicadores, que já se vinha verificando desde o 2º trimestre de 2013, foi agora interrompida. No entanto, a variação da população desempregada é no sentido positivo, dado que o seu número diminuiu, quer face ao período homólogo, quer face ao trimestre anterior, pese embora se verifique a diminuição da população activa que se registou nos dois momentos referenciais.



Indicadores de conjuntura - ALENTEJO / Variação trimestral e anual homóloga - 1º Trimestre de 2014

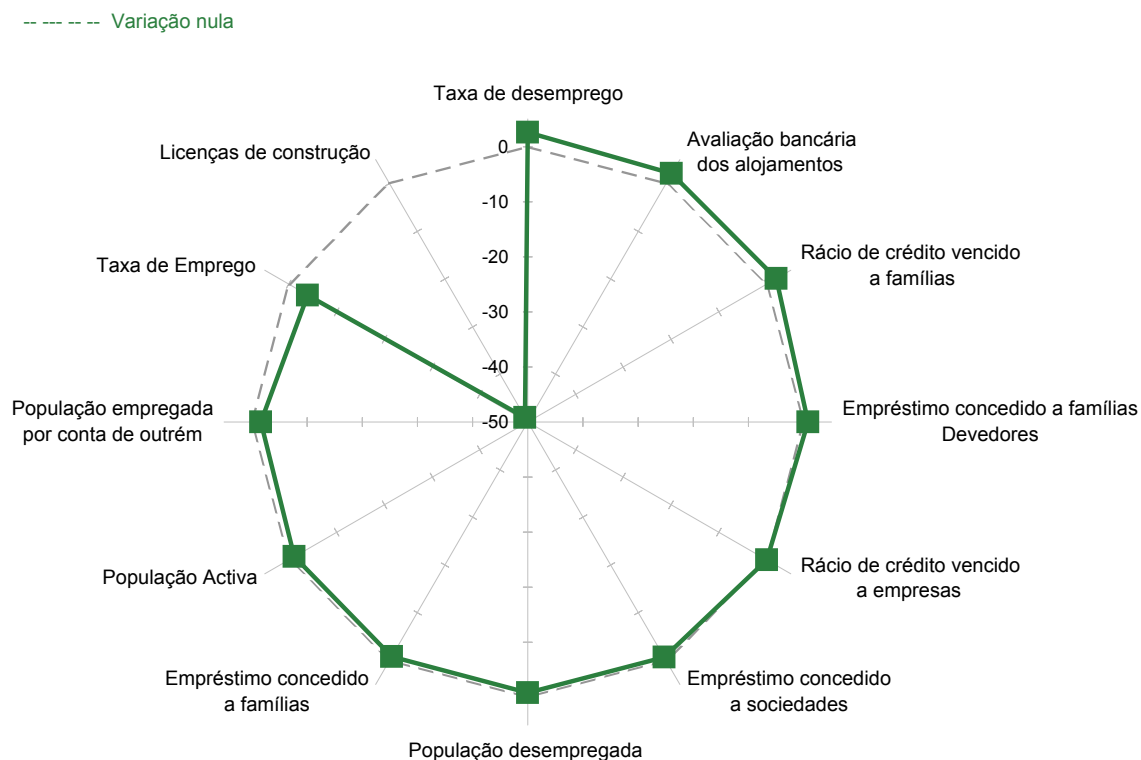


As licenças de construção, após a evolução positiva do último trimestre, voltaram a revelar uma variação negativa, que chegou ao valor de - 49,1%, embora com variação ainda positiva face ao período homólogo. Este indicador tem revelado grandes discontinuidades na sua evolução, sendo de referenciar os pequenos valores em análise (as 60 licenças de construção registadas em Dezembro passaram para 29, sendo que em Março de 2013 tinham sido 27).

A avaliação bancária dos alojamentos, aferida pelo valor por m², regista uma evolução positiva, quer no que concerne à comparação com o período homólogo, quer com o último trimestre, sendo no entanto de registar que a variação é pouco significativa o que pode indiciar uma manutenção dos preços. A evolução que se tem registado, tem sido a seguinte: em Março de 2013 registou-se um valor de 893€/ m², em Setembro o valor era de 915€/ m², tendo passado para 877€/ m² em Dezembro para em Março 2014 assumir o valor de 895€/ m². Quanto ao turismo, referência para a diminuição do número de dormidas, que de Novembro para Março passou de 68368 para 50471. Este decréscimo pode parecer desfavorável, mas o comportamento deste indicador nos períodos temporais em apreço é influenciado pela sazonalidade, não se devendo proceder à sua comparação. Já a variação face ao período homólogo de 2013 continua a ser favorável (passou de 50223 para 50471 dormidas). A variação dos proveitos da actividade turística é similar, registando-se uma evolução positiva face ao período homólogo, o que perspectiva uma continuidade na evolução favorável do sector.



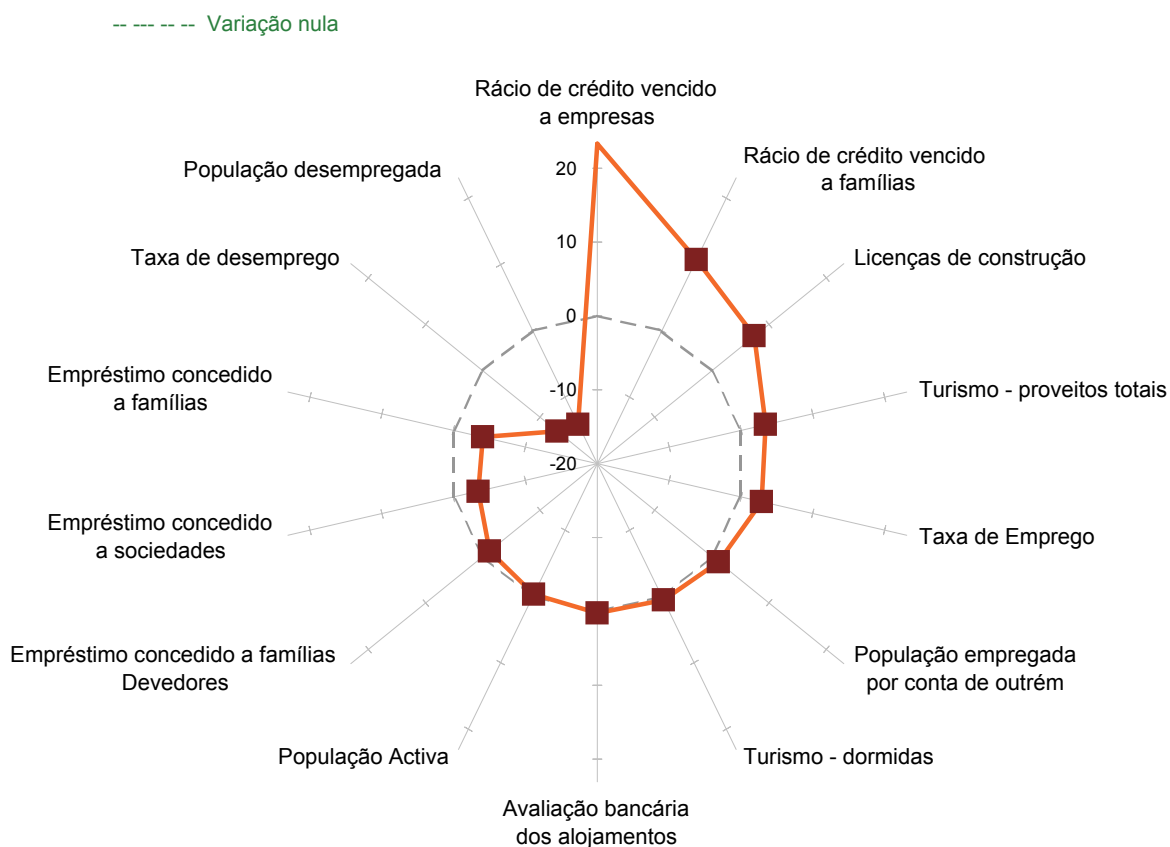
Indicadores de conjuntura - ALENTEJO / Variação anual homóloga - 1º Trimestre de 2014 vs 1º Trimestre de 2013 (%)



Quanto aos empréstimos concedidos, a evolução é desfavorável, quer no que concerne às famílias, quer às sociedades. No sector das empresas, os empréstimos com rácio de crédito vencido registaram um aumento, quanto ao período homólogo (variação de 23,3%) mas mantiveram o mesmo valor que o trimestre anterior. Já os empréstimos concedidos às sociedades, manifestaram uma variação negativa, de -0,7% e -3,4%, no que se refere ao trimestre anterior e ao período homólogo de 2013, respectivamente.



Indicadores de conjuntura - ALENTEJO / Variação trimestral - 1º Trimestre de 2014 vs 4º Trimestre de 2013 (%)



Relativamente aos empréstimos concedidos às famílias, os mesmos diminuíram, tanto quando se comparam trimestres sequenciais, como o período homólogo (variações de -0,9% e - 4,1%, respectivamente). Pese embora o rácio de crédito vencido das famílias tenha verificado uma variação positiva de 0,8 % face ao trimestre anterior, a variação face ao período homólogo é negativa de -1,2%. Assim, a tendência favorável de diminuição dos créditos vencidos das famílias parece inverter-se ligeiramente, aguardando-se futuras evoluções que sustentem alterações de tendência ■



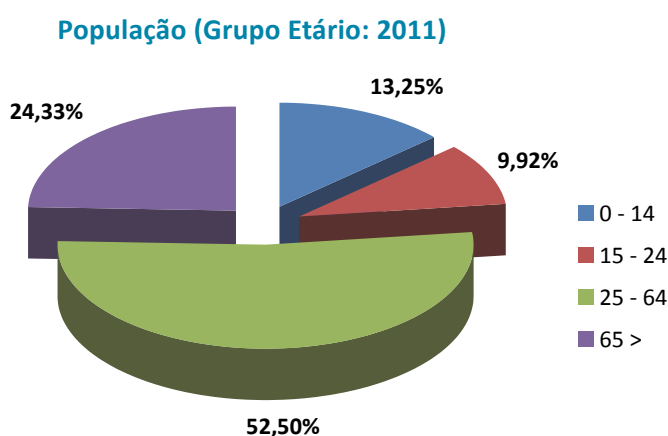
Tema em destaque I

CONSTRUIR O FUTURO...

O Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora (CEFP de Évora), unidade orgânica da Delegação Regional do Alentejo do IEFP, IP, compreende 3 Serviços de Emprego (Estremoz, Évora e Montemor-o-Novo), abrangendo os 14 concelhos do Distrito de Évora e Sousel, concelho do Distrito de Portalegre. Para além dos 3 Serviços de Emprego, o Centro de Emprego e Formação Profissional de Évora compreende 1 Serviço de Formação Profissional (em Évora), bem como um Polo de Formação em Reguengos de Monsaraz.

1. Onde atuamos

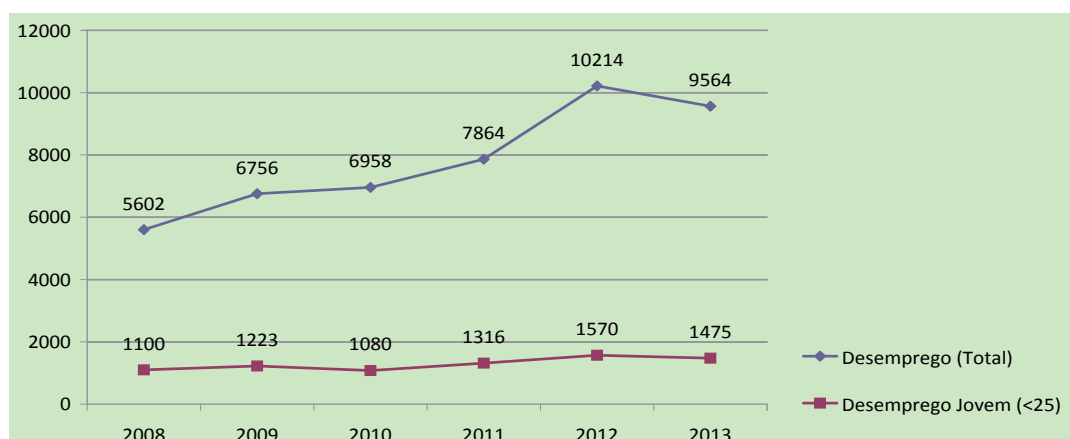
O CEFP de Évora opera num distrito marcadamente envelhecido, cuja população com 65 ou mais anos representa cerca de ¼ da população total e já ultrapassa a população entre os 0 e os 24 anos de idade (23,17%), conforme dados dos CENSOS de 2011.



Fonte: INE (Censos 2011)

No que respeita ao desemprego registado no Distrito de Évora (inscritos nos Serviços de Emprego), uma análise a este indicador mostra-nos que desde 2008 existe uma tendência de crescimento significativa, tendo atingido o valor máximo de 10.214 inscritos em Dezembro de 2012. O desemprego registado de jovens (menores de 25 anos) apresentou igualmente um crescimento no distrito, embora esse crescimento não tenha sido tão acentuado como no total do desemprego registado.

Desemprego Registado no Distrito



Fonte: IEFP (SIGAE: Sistema Informático de Gestão da Área do Emprego)

2. Síntese da atividade (2011 a 2013)

2.1 Medidas de Emprego

No âmbito dos diferentes programas e medidas ativas de emprego, o IEPF proporciona **apoios técnicos e financeiros**, designadamente nos seguintes domínios: **i)** recrutamento e seleção de pessoal; **ii)** contratação de trabalhadores e manutenção de postos de trabalho; **iii)** estágios profissionais; **iv)** formação profissional; **v)** consultoria, formação e apoio à gestão; **vi)** programas orientados para a integração socioprofissional de pessoas com dificuldades acrescidas de acesso ao mercado de trabalho.

As medidas ativas de emprego encontram-se agregadas em 3 grandes tipologias: **i)** estágios profissionais; **ii)** apoios à contratação; **iii)** trabalho socialmente necessário. A atividade do CEFP de Évora apresentou um claro incremento em medidas mais direcionadas para a criação de emprego, em detrimento de medidas de trabalho socialmente necessário, cuja função é essencialmente de realização de trabalho que satisfaça necessidades sociais ou coletivas temporárias, no âmbito de projetos promovidos por entidades coletivas públicas ou privadas sem fins lucrativos, durante um período máximo de 12 meses.

Principais Medidas de Emprego

Ano	Estágios	Apoios à Contratação	Trabalho Socialmente Necessário
2011	757	0	3993
2012	579	291	4637
2013	1376	707	2895

Fonte: IEPF SGC / SIGAE (Sistema de Gestão de Candidaturas / Sistema Informático de Gestão da Área do Emprego)

As medidas de estágios profissionais, atualmente agregadas na Medida “Estágios Emprego” apresentaram um crescimento significativo, tendo sido apoiados 757 estágios em 2011 e 1376 estágios em 2013. Relativamente às medidas de apoio à contratação (Medida Estímulo e Reembolso de Taxa Social Única), inexistentes em 2011 e apenas regulamentadas em 2012, verificou-se um crescimento significativo entre 2012 e 2013, tendo passado de 291 para 707 abrangidos.

No que respeita a trabalho socialmente necessário, essencialmente para beneficiários de prestações de desemprego e beneficiários do Rendimento Social de Inserção, verificou-se um decréscimo entre 2011 e 2013, passando de 3993 para 2895 abrangidos.

2.2 Formação Profissional

A Formação Profissional reveste-se de uma importância fundamental no combate ao desemprego, enquanto intervenção estruturante na requalificação / reconversão de desempregados, na qualificação de jovens, nomeadamente no sistema Dual de Aprendizagem, e na qualificação de ativos empregados, reforçando as competências exigidas às empresas.

O CEFP de Évora, essencialmente através de cursos de Aprendizagem (Dual) e de Cursos de Educação e Formação de Adultos (com idade superior a 23 anos) tem feito uma clara aposta em formações no setor industrial, promovendo formação tecnológica para diferentes setores (indústria aeronáutica, indústria de componentes eletrónicos, indústria automóvel, etc). Esta intervenção enquadra-se no âmbito do Programa “Garantia Jovem” com o propósito de promover o Emprego Jovem, por forma a corrigir as elevadas taxas de desemprego jovem na região e no país.

A formação tecnológica tem-se desenvolvido nas seguintes áreas:

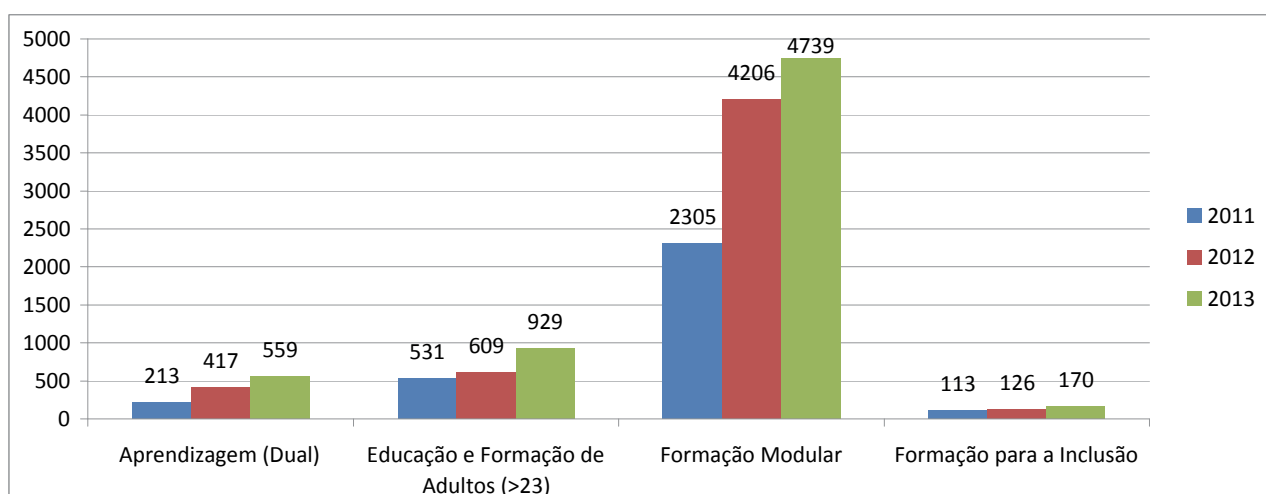
- Maquinação CNC (Controle Numérico Computorizado);
- Produção de Compósitos;
- Eletrónica, Automação e Comando;

- Mecatrónica Industrial;
- Qualidade;
- Logística;
- Montagem de Estruturas;
- Tratamento de Metais;
- Mecatrónica Automóvel;
- Eletricidade de Instalações e ITED;
- Manutenção Industrial;
- Refrigeração e Climatização.



O gráfico seguinte demonstra o incremento significativo da atividade formativa do CEFEP de Évora (em n.º de formandos abrangidos), tendência que se verificou em todas as modalidades de formação, especialmente nos cursos de Aprendizagem (Dual), Educação e Formação de Adultos e Formação Modular. O n.º total de formandos abrangidos mais que duplicou entre 2011 e 2013, tendo passado de 3162 formandos para 6397.

Modalidades de Formação Profissional (2011/2013)



Fonte: IEFP (SGFOR: Sistema de Gestão da Formação)

3. Polo Tecnológico do CEFEP de Évora

Inaugurado no dia 12 de Maio de 2013 pelo Sr. Secretário de Estado do Emprego, Dr. Pedro Roque Oliveira, o Polo Tecnológico do CEFEP de Évora funciona atualmente como o grande difusor da região na transferência de competências tecnológicas para os desempregados e empresas.

Impulsionado pelo protocolo estabelecido entre o IEFP, IP, a AICEP e a EMBRAER, o Polo Tecnológico do CEFEP de Évora representa um investimento público de aproximadamente 3,3 milhões de euros em infraestruturas e equipamentos.



Por incluir diferentes formações no setor da aeronáutica, nas quais não existia know how técnico na região e no país, decorreu, em simultâneo com a construção do Polo Tecnológico, um conjunto de atividades por forma a poder desenvolver a formação. Construir os referenciais e conteúdos da formação, formar os futuros formadores e dominar os diferentes equipamentos foram desafios que tiveram que ser superados em menos de um ano, por forma a garantir quadros qualificados à EMBRAER nos prazos previstos.

Recentemente, foram assinados protocolos de cooperação com o IST – Instituto Superior Técnico e com a Universidade de Évora, com o objetivo de partilhar conhecimento e equipamentos, numa clara aposta de transferência de conhecimento e tecnologia do Ensino Superior para a Formação Profissional.

O Polo Tecnológico compreende um conjunto de laboratórios e oficinas, onde decorre toda a formação teórica e prática. No final das formações é assegurado aos formandos a possibilidade de realizar uma Formação Prática em Contexto Real de Trabalho, em empresas do setor relacionadas com as diferentes áreas de formação.



Laboratórios, Oficinas e Equipamentos Disponíveis

Oficina de Maquinação CNC

- Torno CNC de 4 eixos
- Fresadora CNC de 5 eixos
- Software Catia, Mastercam e Autocad para CAD/CAM



Laboratório de Tratamento de Metais

- Forno para Tratamentos Térmicos de Metais
- Tratamentos mecânicos por jateamento (*shot peening*) e por lamelas (*flap peening*)
- Banho de Conversão Química: Alodine, Crhomital e Anodização



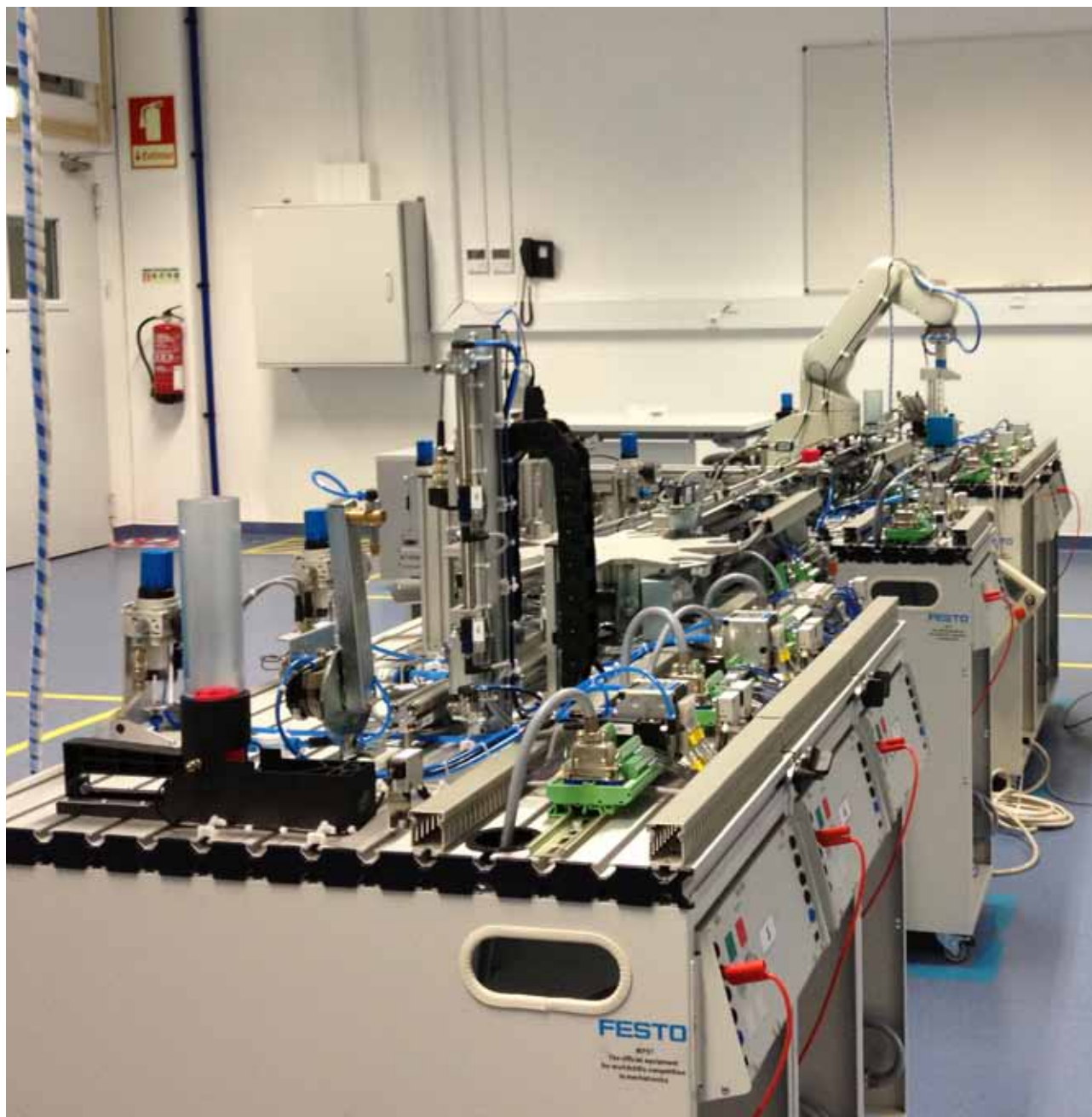
Laboratório de Metrologia

- Máquina de Medição CNC 3D
- Máquina de Ensaio de tração, compressão e fadiga
- Máquina de medição por ultrassons
- Máquina de medição por imagem
- Durómetro
- Almen gage



Laboratório de Automação

• Pneumática • Hidráulica • Robótica • Linha de Montagem Eletrónica



4. Conclusões

O impulso gerado pela construção do Polo Tecnológico do Centro de Formação Profissional tem-se revelado muito importante para a qualificação de jovens e de adultos desempregados. Requalificar e promover as competências que o mercado de trabalho necessita é uma missão exigente e que só pode ter sucesso se existir a visão de aproximar as empresas e a produção científica da formação profissional.

Os novos desafios do CEFEP de Évora passam por reforçar a formação de Jovens no Sistema de Aprendizagem (Dual), reforçar a oferta formativa em áreas emergentes e áreas consolidadas, posicionamento e reforço das parcerias com as empresas líderes de setor, permitindo identificar as competências necessárias ao mercado e promover uma maior incorporação de conhecimento científico na formação, por via das parcerias já existentes com o IST – Instituto Superior Técnico e Universidade de Évora ■

Tema em destaque II

PLANO ESTRATÉGICO DOS TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTURAS 2014-2020 (PETI 3+)

Aprovado pelo Governo, em 03/04/2014, o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 (PETI 3+) atualiza as orientações estratégicas previstas no Plano Estratégico dos Transportes – Mobilidade Sustentável (PET 2011-2015), integra o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e projeta uma segunda fase de reformas estruturais a empreender pelo setor, bem como o conjunto de investimentos em infraestruturas de transportes a concretizar até ao fim da presente década.

Visão de Longo Prazo

Dos objectivos de longo prazo do PETI 3+ destacamos:

- Uma integração da rede de transportes e infraestruturas na RTE-T e no Céu Único Europeu, promovendo uma rede de infraestruturas de transportes que favoreça a coesão social e territorial, o mercado único europeu e a livre circulação de pessoas e bens, com vantagem competitiva do país e para as empresas no seu processo de exportação e para o turismo, com baixos custos de contexto, ao serviço do crescimento económico e da criação de emprego.
- Uma rede de transportes e infraestruturas que abranja todo o território nacional, inclusiva, intermodal, equilibrada e sustentável, minimizando a dependência energética externa do país e a fatura energética nacional.
- Uma rede ferroviária moderna, eficiente, distribuída no território e com boas ligações internacionais, em bitola europeia.
- Uma rede rodoviária totalmente implementada.
- Uma rede aeroportuária nacional competitiva, com elevada capacidade para movimentação de passageiros, de carga e de aeronaves com boas ligações intermodais, integrada no Céu Único Europeu.
- Uma rede de portos nacional competitiva, tirando partido da posição geoestratégica da costa Portuguesa, na confluência das grandes rotas marítimas internacionais, com elevada capacidade para movimentação de carga com ligações à rede rodoviária, ferroviária e plataformas logísticas pertencentes à RTE-T. Uma rede de terminais de cruzeiro e infraestruturas de náutica de recreio competitivas e que promovam a atração de turistas e a competitividade do importante setor económico do turismo nacional.
- Uma oferta de serviços públicos de transporte de passageiros a nível local, regional e nacional que

promova a migração do transporte individual para o transporte público, com qualidade, segurança, níveis de oferta e de serviço, adequadas à satisfação das necessidades das populações, favorecendo a coesão social e o desenvolvimento económico harmonioso do país.

- Um setor dos transportes e infraestruturas económica e financeiramente sustentável para o Estado, para as empresas, para os clientes e para todos os contribuintes.





Eixos de Desenvolvimento Prioritários

O PETI 3+ concretiza 6 corredores estratégicos prioritários para as infraestruturas estruturantes dos transportes que concretizam as principais ligações com a Europa (RTE-T) e o resto do mundo através dos modos ferroviário, rodoviário, marítimo-portuário e aeroportuário. Os corredores prioritários incluem 59 projetos a serem realizados até 2020 totalizando um investimento superior a 6.000 milhões de euros, repartido por 1.359 M€ (22%) de contrapartida Nacional, 2.828 M€ (47%) de financiamentos comunitários e 1.880 M€ (31%) de financiamento privado.

Os eixos de desenvolvimento representam um importante contributo para a inserção de Portugal na RTE-T, em especial no que concerne a intervenções relacionadas com os principais constrangimentos da RTE-T em território nacional, e designam-se por:

- Corredor da fachada atlântica;
- Corredor internacional norte;
- Corredor internacional sul;
- Corredor do Algarve;
- Corredor do interior;
- Transporte público de passageiros

Eixos de Desenvolvimento Prioritários

Eixos Prioritários	Investimento Total (M€)	%
Corredor da fachada atlântica	2.435	40
Desenvolvimento do interior + corredor internacional norte	1.765	29
Corredor internacional sul	840	14
Corredor do Algarve	131	2
Desenvolvimento do interior + corredor internacional sul	2.746	14
Transportes públicos de passageiros	755	13
Total	6.067	

Com relevância para a região Alentejo, sublinha-se a melhoria das infraestruturas marítimo-portuárias e ferroviárias no corredor da fachada Atlântica, que prevê investimentos fundamentais para a interligação dos portos Atlânticos de Leixões, Aveiro, Figueira da Foz, Lisboa, Setúbal e Sines. Destaca-se o investimento previsto para a ampliação do Porto de Sines incluindo a expansão do Terminal de Contentores (Terminal XXI) e ampliação das infraestruturas de proteção marítima, até 2016, no valor de 139 M€ de investimento misto público (45 M€) e privado (95 M€), potenciando o seu desenvolvimento como importante porto nacional e ibérico. Destaca-se ainda a renegociação dos contratos de concessão para a expansão deste terminal que permitirá a movimentação de 2,3 a 2,7 milhões de TEUS anuais e o alargamento do cais de acostagem.

Corredor da Fachada Atlântica

O corredor da fachada atlântica prevê o desenvolvimento e a beneficiação dos portos Portugueses, nomeadamente do porto de Sines, potenciando a sua capacidade logística e a sua importância para a entrada de mercadorias para Portugal e Europa, as exportações nacionais e a entrada de turistas por via marítima. A consolidação do corredor ferroviário da RTE-T principal e global Vigo – Porto – Lisboa – Setúbal – Sines permite uma maior ligação entre os vários portos e a RTE-T. O PETI 3+ prevê aplicar no Alentejo cerca de 6% do investimento alocado a este corredor prioritário.



Investimentos previstos no corredor da fachada atlântica

		M€	%
SETOR FERROVIÁRIO	Alentejo	-	-
	Resto do Pais	734	30,14
SETOR MARÍTIMO-PORTUÁRIO Porto de Sines - Expansão do Terminal de Contentores (Terminal XXI) e ampliação das infraestruturas de proteção marítima	Alentejo	139	5,71
	Resto do Pais	1.385	56,88
SETOR RODOVIÁRIO	Alentejo	-	-
	Resto do Pais	5	0,21
SETOR AÉREO-PORTUÁRIO	Alentejo	-	-
	Resto do Pais	172	7,06
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	Alentejo	139	5,71
	Resto do Pais	2.296	94,29
TOTAL		2.435	

Corredor Internacional Sul

O corredor internacional sul beneficia as ligações internacionais do arco metropolitano de Lisboa, incluindo os portos de Sines, Setúbal e Lisboa, às plataformas logísticas de Madrid e ao resto da Europa. O investimento previsto no PETI 3+ neste corredor é inteiramente realizado na região.

Destaca-se o carácter estruturante para a região da implementação até ao fim de 2019 do corredor internacional Sul, que formaliza a ligação do corredor atlântico à Europa, concretizando o previsto no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e vertido em 2006 para o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo).

O corredor ferroviário Sul - Corredor Sines / Setúbal / Lisboa – Caia (Sines / Setúbal / Lisboa - Caia + Poceirão - V. Novas + Bombel - Casa Branca + Ramal Petrogal Sines) –, com investimento público estimado de 800 M€ a 1.000 M€, traduz-se numa aspiração fundamental para a Região e será essencial para a fixação de pessoas e de empresas e para o incremento das exportações regionais.



Investimentos no corredor internacional sul

		M€	%
SETOR FERROVIÁRIO Corredor Sines / Setúbal / Lisboa – Caia (Sines / Setúbal / Lisboa - Caia + Poceirão - V. Novas + Bombel - Casa Branca + Ramal Petrogal Sines)	Alentejo	800	95,24
	Resto do País	-	-
SETOR MARÍTIMO-PORTUÁRIO	Alentejo	-	-
	Resto do País	-	-
SETOR RODOVIÁRIO IC33. Reabilitação Relvas Verdes (IP8) - Grândola (IP1)	Alentejo	40	4,76
	Resto do País	-	-
SETOR AÉREO-PORTUÁRIO	Alentejo	-	-
	Resto do País	-	-
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	Alentejo	840	100,00
	Resto do País	-	-
	TOTAL	840	

Corredor do Interior

O corredor do interior prevê investimentos públicos e privados nos setores ferroviários, rodoviário e aeroportuário ao longo do interior do país. Integra os projetos do corredor internacional Sul, nomeadamente a ligação ferroviária entre os portos de Sines, Lisboa e Setúbal e plataformas logísticas ao centro da Península Ibérica e resto da Europa e a reabilitação do IC33 entre Relvas Verdes e Grândola em face do seu duplo benefício para o desenvolvimento destes dois corredores.

O setor ferroviário contempla um investimento de fundos mistos (privados e públicos) de 11 M€ na linha ferroviária do Sul (Ramal de Neves Corvo) até 2016, potenciando as capacidades extrativas aí localizadas.

No setor rodoviário, está previsto o investimento de 15 M€ no IP8 - Sta. Margarida do Sado – Beja até 2016. A beneficiação no IC33, numa extensão de 40Km, a ser terminado após 2016, procede à reabilitação do troço existente Relvas Verdes (IP8) - Grândola (IP1), no valor de 40 M€ de investimento público.

O Plano Estratégico da ANA no "Terminal Civil de Beja" contempla cerca de 3 M€ de investimento privado no desenvolvimento do Aeroporto de Beja, distribuído ao longo dos próximos 3 anos (2T2014 - 2S2017) de carácter obrigatório, potenciando um crescimento médio anual de tráfego até 2017 de 31,1% em passageiros e de 11,8% em movimentos. A articulação estreita entre a Câmara Municipal de Beja e a ANA, nomeadamente quanto à promoção comercial de negócios, irá potenciar o desenvolvimento da infraestrutura já existente, nomeadamente para transporte de carga resultante das indústrias da Estremadura Espanhola, estimando-se atingir 21 Ton de carga em 2017. O Terminal Civil de Beja como uma infraestrutura especializada para atividades aéreo-industriais, nomeadamente, manutenção de aeronaves ou transporte de carga, tendo em conta a sua posição geográfica relativamente à fronteira espanhola e ao porto de Sines."



O corredor do interior com um investimento de 2.746 M€ em infraestruturas (incluindo os projetos integrantes nos corredores internacional norte e corredor internacional Sul que beneficiam duplamente o desenvolvimento daqueles corredores e do corredor do interior) irá potenciar o desenvolvimento de toda a região interior do país.



Investimentos no corredor do interior

		M€	%
SETOR FERROVIÁRIO			
Linha do Sul (Ramal de Neves Corvo) Corredor Sines / Setúbal / Lisboa – Caia (Sine / Setúbal / Lisboa - Caia + Poceirão - V. Novas + Bombel - Casa Branca + Ramal Petrogal Sines)	Alentejo	800 11	28,60 0,39
	Resto do País	1.039	37,84
SETOR MARÍTIMO-PORTUÁRIO			
		Alentejo	-
		Resto do País	-
SETOR RODOVIÁRIO			
IP8. St. Margarida do Sado – Beja IC33. Reabilitação Relvas Verdes (IP8) - Grândola (IP1)	Alentejo	15 40	0,54 1,43
	Resto do País	838	30,52
SETOR AÉREO-PORTUÁRIO			
Plano Estratégico da ANA - Desenvolvimento do Aeroporto de Beja	Alentejo	3	0,11
	Resto do País	-	-
TOTAL DO INVESTIMENTOS	Alentejo	29	15,10
	Resto do País	112	84,90
	TOTAL	141	

O PETI 3+ inclui também um importante investimento no desenvolvimento dos sistemas de transportes públicos de passageiros, reduzindo a fatura energética do país e as emissões de CO2 e aumentando a produtividade da sociedade por redução do congestionamento de tráfego. Prevê dois programas potencialmente interessantes para os territórios de baixa densidade: o programa “Portugal Porta-a-Porta”; e, ainda, o desenvolvimento de outros serviços públicos de transporte de passageiros a nível nacional e regional.

Investimentos nos transportes públicos de passageiros

		M€	%
Metro de Lisboa e Linha de Cascais (AML)		175	
Resto do País (Portugal Porta-a-Porta e Serviços públicos de transporte de passageiros)		580	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	AML	175	23,18
	Resto do País	580	76,82



A distribuição do investimento por setores prevista no PETI 3+ permite confirmar a relevância do investimento no setor ferroviário (44%), seguido do setor marítimo-portuário (25%), do setor rodoviário (15%), do setor de transportes públicos de passageiros, e, finalmente, do setor aéreo-portuário (4%).

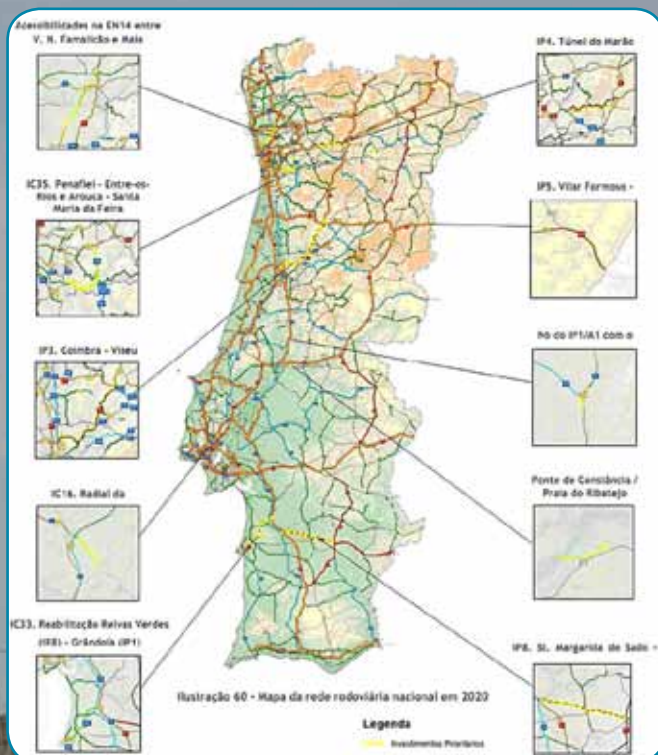
SETOR	%		M€	%
SETOR FERROVIÁRIO	44	Alentejo	811	13,37
		Resto do País	1.828	30,13
SETOR MARÍTIMO-PORTUÁRIO	25	Alentejo	139	2,29
		Resto do País	1.395	22,99
SETOR RODOVIÁRIO	15	Alentejo	55	0,91
		Resto do País	843	13,89
SETOR AÉREO-PORTUÁRIO	4	Alentejo	3	0,05
		Resto do País	238	3,92
TRANSPORTES PÚBLICOS DE PASSAGEIROS	12	AML	175	2,88
		Resto do País	580	9,56
TOTAL DO INVESTIMENTOS		Alentejo	1.008	16,61
		Resto do País	5.059	83,14
		GLOBAL	6.067	100

Os investimentos em infraestruturas na Região do Alentejo previstos no PETI 3+ serão de cerca de 17% do valor total dos investimentos, correspondendo a cerca de 1.008 M€, dividindo-se em 855 M€ (85%) de investimento público e 153 M€ (15%) de investimento privado e misto, e concretizando a ampliação e beneficiação do Porto de Sines, a conclusão da rede ferroviária que liga Sines à Europa, com previsíveis pontos de paragem no Alentejo, a conclusão de ligações rodoviárias estruturantes para a região e a definição de uma estratégia integrada para o Aeroporto de Beja no contexto nacional ■

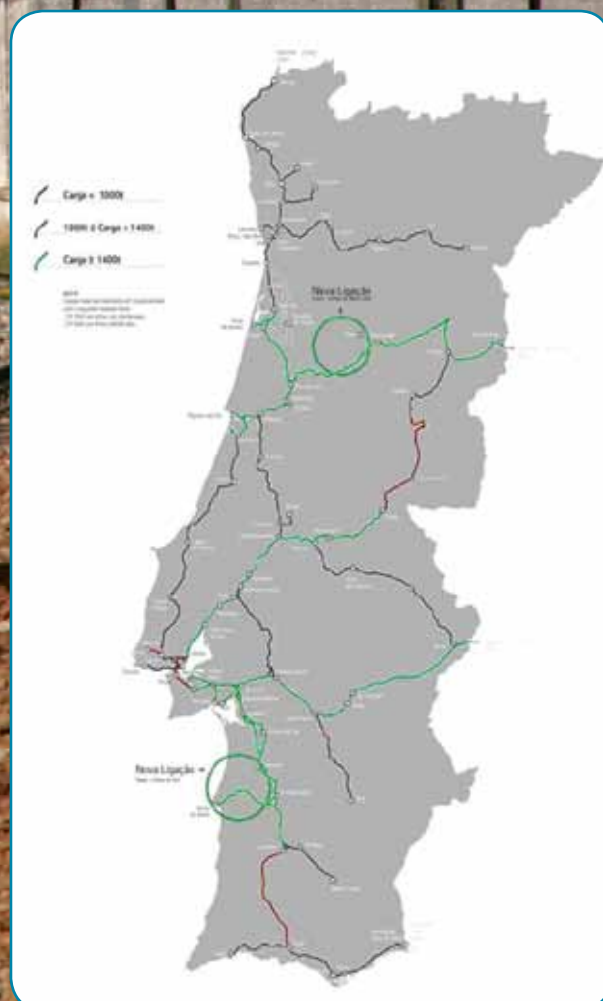
Clique na imagem para obter mais informação sobre [Plano Estratégico Dos Transportes E Infra-Estruturas 2014-2020 \(Peti 3+\)](#)



Rede Rodoviária Nacional em 2020



Rede Ferroviária Nacional 2020-2022



Tema em destaque III

ORIENTAÇÕES PARA O ENCERRAMENTO DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS (2007-2013)

Tendo em conta a importância do encerramento em tempo oportuno e eficaz, dos programas operacionais aprovados no âmbito dos Fundos Estruturais (FEDER e FSE) e do Fundo de Coesão, para o atual período de programação, foi aprovado um conjunto de orientações, de acordo com a Decisão C (2013) 1573 de 20 de março, da Comissão.

Essas orientações têm como finalidade facilitar o processo de encerramento, providenciando o quadro metodológico ao abrigo do qual o exercício deverá decorrer.

Neste contexto, reconhecendo a necessidade de criar condições que permitam acelerar a realização dos programas operacionais do QREN e, consequentemente reduzir a sua sobreposição com a aplicação das medidas programáticas do período 2014-2020, a Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais aprovou em 13.12.2013, um conjunto de orientações gerais para a gestão dos programas operacionais. Dessas orientações importa desde logo reter as seguintes datas:

- **30.06.2015** – por regra, os prazos de execução física das operações, previstos nos novos contratos a celebrar, não devem ultrapassar esta data. Também as novas reprogramações temporais de operações em curso de realização, não deverão permitir uma realização física que se estenda além de 30.06.2015;
- **30.09.2015** – data prevista para encerramento das operações e apresentação do pedido de saldo final.

O n.º 6 da deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, prevê algumas situações de exceção, mas por regra, importa assumir as datas acima.

As orientações para o encerramento dos programas operacionais (2007-2013), aprovadas pela Comissão Europeia, contemplam a possibilidade de transição de projetos, entre dois períodos de programação (2007-2013 e 2014-2020). No entanto, para efeitos de aplicação do princípio de transição, o Estado-Membro deve assegurar que as seguintes condições são satisfeitas:

- O custo total do projeto ascende **pelo menos a 5 milhões de euros**;
- O projeto tem **duas fases claramente identificáveis**, no tocante aos seus objetivos físicos e financeiros;

- A **1.ª fase do projeto** está pronta a ser utilizada para a finalidade e/ou função que foi especificada na decisão da Comissão, até ao termo do prazo de apresentação dos documentos de encerramento;
- A **2.ª fase do projeto** é elegível para financiamento dos Fundos Estruturais e/ou do Fundo de Coesão, no período 2014-2020, devendo respeitar todas as regras aplicáveis neste mesmo período de programação.

Em sede de encerramento, os Estados-Membros têm de garantir que todos os projetos incluídos no encerramento estão operacionais, o que significa que estão concluídos e em utilização. Contudo, para os casos de projetos não operacionais, terá de ser observado o cumprimento cumulativo das seguintes condições:

- O custo total de cada projeto ascende a **pelo menos 5 milhões de euros**, e
- A contribuição dos fundos para estes projetos não operacionais **não pode ser superior a 10%** da dotação financeira global do programa.

Salienta-se que no caso de projetos não operacionais, os beneficiários comprometem-se a concluir todos esses projetos não operacionais, nos dois anos seguintes ao termo do prazo para a apresentação dos documentos de encerramento, previsto para 31.03.2017 e a reembolsar o cofinanciamento atribuído da União, se essa conclusão não se verificar nos dois anos previstos.

A Decisão C (2013) 1573 de 20 de março, da Comissão, bem como a deliberação da Comissão Ministerial de Coordenação dos Programas Operacionais Regionais, de 13.12.2013, podem ser consultadas junto da restante regulamentação geral, disponível em www.inalentejo.qren.pt ■

INALENTEJO, exemplos de projectos executados



Teatro Bernardim Ribeiro - Estremoz



Escola Básica 1º Ciclo e Jardim de Infância - Azambuja



Laboratório de Energias Renováveis - Moura

Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Situação em 31-03-2014

O INALENTEJO – Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 chegou ao final do primeiro trimestre de 2014 com uma taxa de execução de 61,6%. Esta taxa teve uma variação anual homóloga de 36,8%, o que reflecte uma melhoria significativa na execução do Programa. A taxa de compromisso, já em Dezembro passado havia ultrapassado os 100%, tendo no primeiro trimestre uma variação positiva de 4,2%, o que levou a que no final de Março apresentasse o valor de 108,9%. Já a taxa de realização (que mede a despesa validada face à aprovada), teve uma variação negativa de 1,2%, em relação à verificada no final do ano.

Indicadores de gestão - Variação Trimestral e Anual Homóloga

Indicador	Março 2014	Dezembro 2013	Março 2013	Variação Trimestre	Variação anual Homóloga
	%	%	%	%	%
Taxa de Compromisso (AP/PR)	108,9	104,6	92,9	4,2	17,3
Taxa de Realização (VA/AP)	55,7	56,4	43,7	-1,2	27,3
Taxa de Execução (VA+AC)/PR	61,6	60,1	45,0	2,5	36,8
Fonte: INALENTEJO 31-03-2014					
AP - Aprovado; PR - Programado; VA - Validado; AC - Adiantamentos certificáveis					

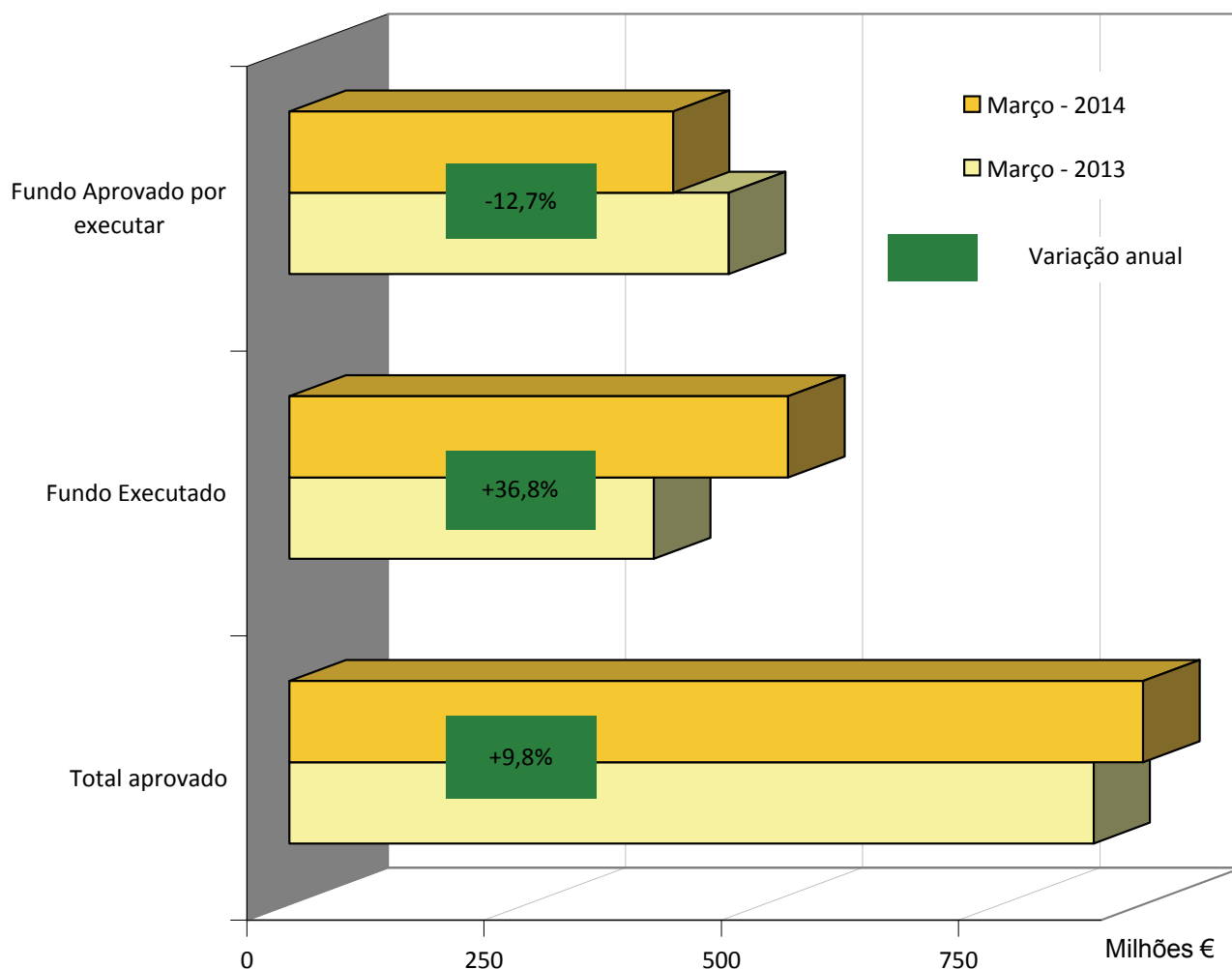
Estas taxas resultam de um investimento elegível aprovado de 1266,2 milhões de euros (com uma variação trimestral positiva de 4,3%), correspondendo a este valor 930,3 milhões de euros de Fundo Comunitário aprovado (com uma variação trimestral positiva de 4,2%), e 525,9 milhões de euros de Fundo Comunitário executado (com uma variação trimestral positiva de 2,5%), face à dotação regional de 853,9 milhões de euros de fundo comunitário para a vigência do programa.

Valores do Fundo Comunitário - Março 2014 vs Dezembro 2013 e Março de 2013

Valores do Fundo Comunitário	Mar -14 Milh. Euro	Dez -13 Milh. Euro	Mar -13 Milh. Euro	Variação Trimestre (%)	Variação anual homóloga (%)
Dotação do fundo	853,9	853,9	853,9		
Investimento elegível	1.266,2	1.214,5	1.157,0	4,3	9,4
Fundo Aprovado	930,3	893,1	847,6	4,2	9,8
Fundo Executado ⁽¹⁾	525,9	512,8	384,4	2,5	36,8
⁽¹⁾ Fundo Validado + Adiantamentos certificáveis					
Fonte: INALENTEJO 31-03-2014					

O Programa verificou uma evolução muito positiva, quer ao nível dos valores totais aprovados, quer no que se refere ao valor do fundo comunitário aprovado, face ao período anual homólogo, havendo uma situação de *overbooking* da ordem dos 13%.

Valores do Fundo Comunitário - Março-2014 vs Março -2013



Até ao final do trimestre foram aprovadas 2277 candidaturas, sendo cerca de 58% das mesmas enquadradas nos sectores da Competitividade, Inovação e Conhecimento, onde se concentram as intervenções vocacionadas para as empresas, principalmente aquelas apoiadas no âmbito do SI à Inovação que representam a maior parte do Custo Total Elegível aprovado e do fundo comunitário aprovado, o que realça o esforço que tem vindo a ser desenvolvido pelas empresas do Alentejo no sentido de aumentar a sua competitividade. Este esforço representa um investimento total elegível de 553,8 milhões de euros, a que correspondem 352,8 milhões de euros de FEDER aprovado, isto é, 37,9% do fundo comunitário aprovado e 41,3% do fundo afecto à região foi destinado ao tecido empresarial.

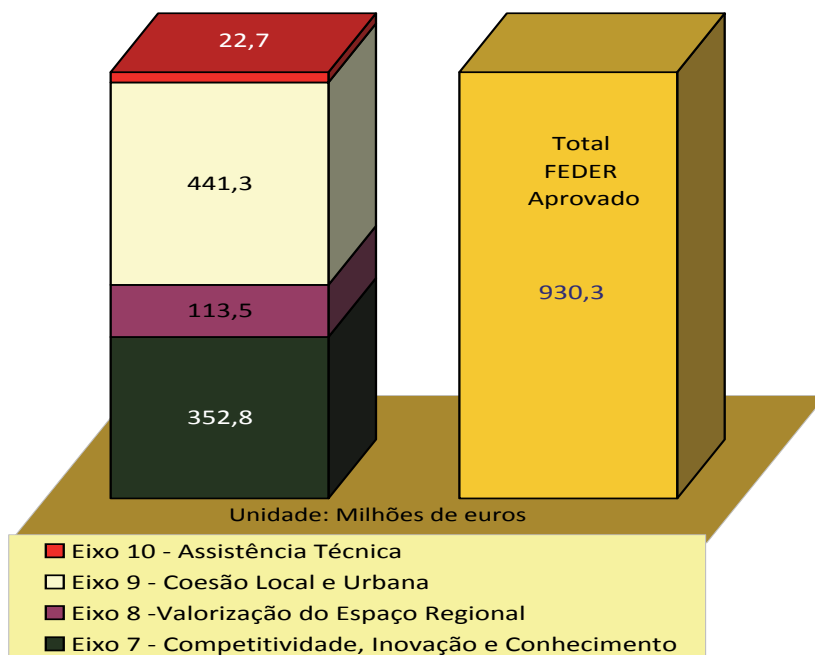
No âmbito da coesão local e urbana foram aprovadas 630 candidaturas, que representam cerca de 28% do número total de candidaturas aprovadas, estando-lhe afectos 540,2 milhões de euros de investimento total elegível e 441,3 milhões de euros de fundo comunitário, o que representa 47,4% do FEDER aprovado e 51,7% do fundo afecto à região. Neste eixo são de destacar acções no âmbito das Redes para a Competitividade e a Inovação, as Parcerias para a Regeneração Urbana, a Reabilitação da Rede Escolar e a Mobilidade, entre outras. Este eixo concentra a maior parte das intervenções promovidas pelas Câmaras Municipais.

Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por Eixo - Março 2014

Eixo Prioritário	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.266,2	930,3	100,0	100,0	525,9	100,0
Eixo 7 - Competitividade, Inovação e Conhecimento	553,8	352,8	43,7	37,9	142,6	27,1
Eixo 8 -Valorização do Espaço Regional	145,5	113,5	11,5	12,2	68,1	12,9
Eixo 9 - Coesão Local e Urbana	540,2	441,3	42,7	47,4	295,8	56,2
Eixo 10 - Assistência Técnica	26,7	22,7	2,1	2,4	11,5	2,2
Adiantamentos certificados					7,9	
Fonte: INALENTEJO 31-03-2014						

De salientar ainda que até ao final do 1º trimestre foram aprovadas 274 candidaturas enquadradas na **Valorização do Espaço Regional**, tendo-lhes correspondido um investimento elegível de 145,5 milhões de euros e 113,5 milhões de euros de FEDER aprovado, a que corresponde 12,2% de fundo comunitário aprovado e 13,3% do fundo afecto à região. Este eixo concentra as intervenções vocacionadas para a gestão dos recursos hídricos e para a valorização e gestão das áreas de maior valia ambiental, em que os principais promotores são entidades da Administração Central.

Fundo aprovado, por Eixo



Estão aqui enquadradas, entre outras, operações no âmbito dos equipamentos culturais, do património cultural, equipamentos de saúde, valorização e qualificação ambiental.

Se tivermos em conta o investimento efectuado pela sua **natureza**, verifica-se que 56,5% do fundo comunitário aprovado foi afecto a infra estruturas, o que corresponde a 526,1 milhões de fundo aprovado.



Lar do Convento de S. Francisco - Castelo de Vide

O INALENTEJO – Programa Operacional Regional do Alentejo 2007-2013 concede apoios de natureza abrangente em várias tipologias de acções, no entanto procura dar um enfoque aos apoios que visem contribuir para a melhoria da competitividade do território, da qualidade de vida e bem estar das populações e para acrescer o valor económico da Região.

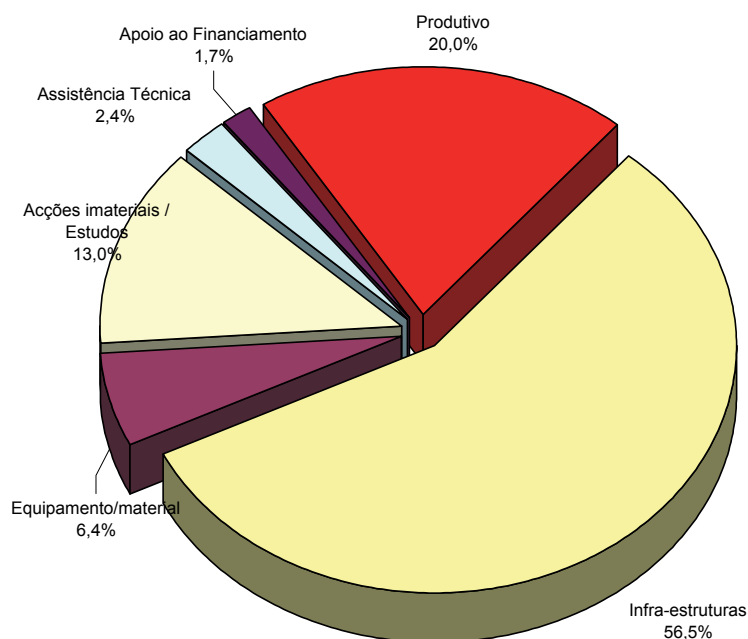
Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por natureza do investimento - Março 2014

Natureza do investimento	Aprovação				Execução	
	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Investimento elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário
	Milh. euro	Milh. euro	%	%	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.266,2	930,3	100,0	100,0	525,9	100,0
Infra-estruturas	640,8	526,1	50,6	56,5	343,2	65,3
Equipamento/material	74,0	59,1	5,8	6,4	35,0	6,7
Acções imateriais / Estudos	179,2	120,8	14,1	13,0	44,4	8,4
Assistência Técnica	26,2	22,3	2,1	2,4	11,2	2,1
Apoio ao Financiamento	26,6	16,2	2,1	1,7	16,2	3,1
Produtivo	319,4	185,8	25,2	20,0	67,9	12,9

Fonte: INALENTEJO 31-03-2014

De salientar ainda o destaque para o produtivo com 319,4 milhões de euros de investimento elegível a que corresponde 20% do FEDER aprovado e 22% do fundo comunitário afecto à região.

Fundo aprovado, por natureza do investimento - Março 2014



Relativamente às taxas de realização por NUTS III, são de salientar o Alto Alentejo com uma taxa de realização de 59,4% e a Lezíria do Tejo com 57,6%. Com excepção do Alentejo Litoral que apresenta uma taxa de realização de 48,8%, as restantes NUTS III, apresentam valores desta taxa entre 50% e 60% ■

Valores do Investimento elegível e do Fundo aprovados e executados, por NUTS III - Março 2014

NUTS III	Investimento elegível	Fundo Comunitário Aprovado	Fundo Comunitário Validado	Taxa de Realização(1)
	Milh. euro	Milh. euro	Milh. euro	%
Total Programa Operacional	1.266,2	930,3	525,9	55,7
Alentejo Litoral	173,5	105,4	51,4	48,8
Alto Alentejo	218,7	166,4	98,9	59,4
Alentejo Central	340,0	250,8	129,2	51,5
Baixo Alentejo	204,7	159,0	88,4	55,6
Lezíria do Tejo	200,6	151,3	87,2	57,6
Não regionalizável	128,6	97,4	62,8	64,5
Fonte: INALENTEJO 31-03-2014				
(1) - Fundo validado / Fundo aprovado (%)				

Parque Ambiental de Redondo



Programa Operacional Regional - INALENTEJO

Investimentos em destaque

Beneficiário:

Município de Montemor-o-Novo

Código da Operação:

ALENT-09-0141-FEDER-0001039

Designação da Operação:

**Requalificação Urbana da Área do Rossio
Concelho (Localização Física da Operação):
Montemor-o-Novo**

Regulamento:

Reabilitação urbana

Investimento Elegível Aprovado:

1.415.442,40 euros

FEDER Aprovado:

1.203.126,04 euros

Descrição:

O Projecto em questão inscreve-se no âmbito do Programa de Actuação - Urbanismo e Qualidade de Vida da Carta Estratégica de Montemor-o-Novo que aponta as principais linhas de orientação que poderão induzir à criação de um ambiente urbano moderno e atractivo, nomeadamente através da requalificação e valorização do património, dos equipamentos existentes e dos espaços verdes públicos.

No quadro das perspectivas de desenvolvimento e dos princípios enunciados, o Programa de Actuação - Urbanismo e Qualidade de Vida tem como objectivos gerais:

- Valorizar a imagem e identidade de Montemor-o-Novo;
- Requalificar o espaço verde público;
- Ordenar a circulação viária e o estacionamento;
- Revitalizar/qualificar o comércio tradicional;
- Promover o crescimento da população;

O Rossio localiza-se numa das principais linhas de acesso ao Centro Histórico de Montemor-o-Novo, e nele se situam uma série de equipamentos e serviços como a Escola Secundária, a EB 2,3, as piscinas municipais cobertas, o Hospital Civil de Santo André, a praça de touros, e vários outros, como notário, cafés, restaurantes, etc.

Tendo em conta a pluralidade de funções que este espaço concentra, bem como pela proximidade ao Centro Histórico e às novas zonas de expansão urbana (na sua envolvente próxima), torna-se premente a sua requalificação, já que o seu aspecto degradado e abandonado se evidencia, quebrando a continua-

de e coerência da estrutura verde, na malha urbana. Pretende-se que o Rossio seja um espaço unificador, que estabeleça a continuidade entre as novas zonas de expansão e o Centro Histórico de Montemor-o-Novo e que integre os equipamentos e serviços que ali se localizam. A sua requalificação é tanto mais importante por se tratar de uma das principais “Entradas” (e a mais directa) ao Centro Histórico. É também a área do “Rossio” que emoldura toda a encosta do “Castelo”, cujo perfil marca fortemente aquele espaço. Para além de uma circulação automóvel algo intensa, de acesso aos vários serviços e de entrada no centro de Montemor-o-Novo, é também considerável a circulação pedonal dos jovens que frequentam o tecido escolar e, não só, razão pela qual é fundamental reestruturar e hierarquizar as circulações urbanas.



Beneficiário:**Município de Moura****Código da Operação:****ALENT-09-0141-FEDER-001402****Designação da Operação:****Requalificação Urbana e Paisagística do Centro Histórico de Moura - Fase 2****Concelho (Localização Física da Operação):****Moura****Regulamento:****Reabilitação Urbana****Investimento Elegível Aprovado:****371.172,99 euros****FEDER Aprovado:****315.479,04 euros****Descrição:**

Na delimitação do centro histórico de Moura teve particular relevância o traçado do amuralhamento, que até finais do século XIX confinou o tecido urbano da Cidade. O Centro Histórico divide-se por várias fases de desenvolvimento distintas, correspondendo à evolução urbana que o local sofreu. O primeiro núcleo habitacional é constituído pelo espaço que se desenvolveu tendo como pólo central o castelo de Moura, com ocupação humana desde a Idade do Ferro, e que na época islâmica se assumiu como um pequeno povoado. Tratava-se de um núcleo de povoamento delimitado por muralhas feitas em taipa, que até ao processo da reconquista cristã se manteve como zona habitacional de excelência.

A intervenção preconizada no PA Regeneração Urbana do Centro Histórico de Moura pressupõe uma reflexão ponderada da capacidade de resposta exigida às problemáticas do espaço. É preciso ter em conta as dinâmicas internas na cidade, mas atender especialmente ao factor global, de inserção do lugar em várias esferas, com ganhos e perdas de importância. O núcleo antigo de Moura detém um inegável valor histórico, arquitectónico e económico, que apresenta capacidades de reutilização e reanimação, constituindo assim, parte significativa e determinante da estrutura urbana da cidade e da estrutura socio-económica do concelho. O principal valor patrimonial do núcleo histórico de Moura reside fundamentalmente no seu tecido urbano, enquanto conjunto, que conforma o espaço urbano cuja singularidade do desenho e dimensões do edificado são reflexos

da sedimentação de várias épocas da evolução urbana, dando sentido à articulação das diversas partes da cidade.

Pretende-se assim, **melhorar o espaço urbano e as condições da sua fruição**, por uma intervenção cuidada na área de intervenção, atendendo à função histórica dos espaços e às novas necessidades sociais e económicas, no respeito pela cultura e património, revalorizado e redefinido. Trata-se de criar novas condições de fruição do espaço público pela comunidade local, captando turistas, de uma forma sustentável, sem romper com os padrões de qualidade de vida das populações. É uma aposta na revitalização do espaço, dando lugar à recuperação e reabilitação da estrutura existente, com uma articulação de base, em que cada acção representa a continuidade de uma outra ■







